



ESCOLAS FECHADAS, ABISMOS APROFUNDADOS: A GESTÃO DA EDUCAÇÃO CEARENSE NA PANDEMIA DA COVID-19

Celina Maria Linhares Paiva¹
Gisafran Nazareno Mota Jucá²

Closed schools, deepen chapses: the management of education in cearence in the covid-19 pandemic

Resumo:

Epidemias e adoecimentos marcaram a trajetória do povo cearense. Mas, no século XXI, com o avanço da medicina e das ciências, imaginava-se que esse flagelo tinha ficado para trás. A pandemia da Covid-19 mudou esta realidade e afetou o Ceará de uma maneira muito contundente em diversos setores, entre eles a educação. Este artigo faz parte da minha tese que está em elaboração e se propõe a analisar as estratégias utilizadas pelo governo cearense no campo educacional para enfrentar a pandemia no campo da educação. Para efetuar tal análise, foi feita uma revisão bibliográfica acerca da temática. Como conclusão, percebemos que, apesar de ter sido uma grande voz opositora ao Executivo, o governo cearense acabou adotando o Ensino Remoto Emergencial sem levar em conta a realidade de grande exclusão digital existente no Ceará. Ademais, o Estado conta com uma emissora pública de TV que poderia ter sido utilizada como ferramenta pedagógica.

Palavras-chave: Escola. Gestão. Pandemia.

Abstract:

Epidemics and illnesses have marked the trajectory of the people of Ceará. However, in the 21st century, with the advancement of medicine and science, it was imagined that this scourge had been left behind. The Covid-19 pandemic changed this reality and affected Ceará in a very impactful way across various sectors, including education. This article is part of my thesis under development and aims to analyze the strategies used by the Ceará government in the field of education to address the pandemic. To conduct this analysis, a bibliographical review on the topic was carried out. In conclusion, we noticed that despite being a strong opposing voice to the Executive, the Ceará government ended up adopting Emergency Remote Learning without taking into account the reality of significant digital exclusion existing in Ceará. Moreover, the State has a public TV channel that could have been used as a pedagogical tool.

Keywords: School. Management. Pandemic.

¹ Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e jornalista da instituição. E-mail: celinalinhares-paiva@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Pós-Doutorado em História Urbana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gisafranjuca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história, o Ceará já enfrentou diversas epidemias e adversidades no campo da saúde. Se pensarmos somente no século XX, lepra, paludismo, cólera, varíola, febre amarela, doenças digestivas e venéreas, como a sífilis, foram algumas das mazelas que assombraram homens, mulheres, crianças, jovens e idosos e deixavam um rastro de letalidade e sofrimento para a população local.

No século XXI, esses temores de grandes calamidades no campo da saúde começavam a ficar mais distantes, por conta do avanço da ciência e da medicina, até que o mundo acompanhou, perplexo, tudo o que ocorreu na pandemia da Covid-19.

A maior emergência sanitária dos nossos tempos fechou tudo aquilo que não era considerado essencial para conter o contágio e a propagação do vírus. Foi assim que escolas e universidades em todo o mundo cerraram suas portas. No Brasil, os decretos estaduais começaram a ser promulgados em março de 2020 e, aqui no Ceará, a decisão de suspender as aulas nas escolas e universidades foi anunciada pelo então governador no dia 16 de março de 2020.

Especificamente no campo da educação, quais foram as medidas adotadas pelo governo do Estado, mais precisamente pela Secretaria da Educação (Seduc), no contexto da pandemia? Ao escrever sobre este tópico na minha tese, percebi que essas informações não estavam sistematizadas, o que motivou a produção deste trabalho.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar como o governo cearense, que se destacou no cenário nacional pela oposição ao negacionismo praticado por Jair Bolsonaro e sua equipe durante a pandemia, conduziu as políticas educacionais durante a pandemia. Para atingir tal objetivo, fizemos uma revisão bibliográfica da temática, bem como uma busca em jornais locais e portais institucionais do governo para coletar o material de análise.

2. O CEARÁ E O COMBATE À PANDEMIA

O Ceará é um estado situado no Nordeste brasileiro, com uma área territorial de 148.886 Km² e uma população estimada em 9.240.580 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ele está cravado no sertão e 55% da caatinga brasileira está em território cearense. Por conta disso, durante séculos, o Estado sofreu bastante com as intempéries climáticas que assolavam a população, especialmente a rural.

No final da década de 1980, a cara da economia cearense começou a mudar com a ascensão do grupo político liderado por Tasso Jereissati ao poder: se

iniciava, então, "o governo das mudanças". Para Diógenes e Araujo (2020), se instituiu naquele período, entre os cearenses, os pilares de uma economia neoliberal, baseada na reforma política e administrativa da máquina estatal, privatizações, benefícios fiscais, investimento em infraestrutura e industrialização.

Essas transformações foram consolidadas pelos governos seguintes, mesmo quando Tasso sai de cena e um novo grupo político ganha força no Estado. Os Ferreira Gomes voltam a ganhar protagonismo quando Ciro é nomeado ministro da Integração Nacional no primeiro governo do presidente Lula e com a eleição de Cid por dois mandatos consecutivos para governar o Estado. Foi esse grupo político que projetou Camilo Sobreira de Santana, que era o governador quando a pandemia atingiu em cheio o território cearense.

Neste período extremamente desafiador, Camilo Santana conseguiu projetar muitas das suas qualidades políticas. Em meio às dúvidas, incertezas, informações desencontradas e *fake news*, o representante máximo do executivo estadual optou por falar diretamente com seus "irmãos e irmãs cearenses", sem intermediários. A comunicação governamental, que é definida por Brandão (2007, p.20) como uma "forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público" ganhou contornos modernos e o mesmo *modus operandi* que artistas e as celebridades se utilizam para se aproximar do seu público: as lives, que "são uma forma de recriar estas situações coletivas, nas quais encontramos fortemente os sentidos de identificação, pertencimento e direcionamento" (PEREZ *et al.*, 2022, p.08).

Foi por meio dessas transmissões ao vivo, realizadas no perfil do governante no Instagram, que Camilo Santana fez boa parte dos anúncios relativos à pandemia para a população cearense. Na maioria das vezes, o então governador estava acompanhado de outros gestores, como o secretário de Saúde à época, Carlos Roberto Martins – o doutor Cabeto – e, por vezes, o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio. Estes eventos acabavam pautando a mídia tradicional e funcionavam como um alento para a população.

Como membro do Consórcio Nordeste, o Governo do Estado publicou, no dia 16 de março, o decreto 33.510, que instituiu, no Estado, a situação de emergência em saúde e elencava uma série de ações a serem tomadas para enfrentar e conter o avanço da Covid-19 em território cearense. O decreto impunha medidas como o fechamento de escolas, creches e universidades por, inicialmente, 15 dias, além de outros impedimentos, como a proibição da realização de festas, cerimônias e qualquer evento com mais de 100 pessoas, a suspensão de atividades artísticas e culturais.

Naquele momento, o Estado contava com 09 casos confirmados – sendo 08 em Fortaleza e 01 em Aquiraz – e nenhuma morte havia sido registrada. Dois meses depois, no dia 05 de maio de 2020, Fortaleza entrava num isolamento social mais rígido – o chamado *lockdown* – e já se registrava mais de 11 mil casos no Estado e 700 mortes. Naquele período, o Estado enfrentava uma saturação na busca por leitos de hospital, o que, de acordo com os gestores estaduais, justificava a medida. A capital cearense foi a segunda cidade do país a adotar um controle mais efetivo na circulação de pessoas. Antes dela, a capital maranhense já havia anunciado o endurecimento do controle de circulação de pessoas pela cidade, numa demonstração clara de coalizão das medidas sugeridas pelo Comitê Científico do Consórcio Nordeste.

Frota e da Silva (2020) chamam a atenção para um dado alarmante sobre a disseminação da Covid no Ceará. O Estado se tornou epicentro da doença, ficando ao lado de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas em número de contaminação e mortes. Uma das explicações trazida pelos autores é a presença de cearenses num casamento realizado na Bahia, que foi foco de contaminação. A outra explicação é estrutural e resultado de décadas de investimento e de um projeto desenvolvimentista em curso no Estado, com o objetivo de atrair empresas e investimentos internacionais.

Atraído pela necessidade de mudar a natureza econômica do Estado, foram construídos projetos e ampliado o intercâmbio com pessoas de vários países: a construção do Centro de Eventos; o hub da TAM instalado no Ceará, ligando o Estado a várias cidades da Europa e América Latina, com grande ampliação dos voos diários; investimentos gastronômicos e lúdicos; ampliação do setor imobiliário para estrangeiros; aeroporto internacional; novo porto internacional para navios de grandes calados; empresas coreanas nas termoelétricas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém e Companhia Siderúrgica do Pecém; quase cinco mil empresas que recebem investimento estrangeiro, dos quais, muitos portugueses. (FROTA; DA SILVA, 2020, p. 43).

Ao longo de sua história recente, o Ceará enfrentou diversas doenças endêmicas, como a dengue, zika e chikungunya. Mas o fato de ter sido um dos Estados mais afetados pelo coronavírus tornou a gestão dessa crise ainda mais complicada, dada a ameaça real de colapso do sistema de saúde, bem como o risco iminente de contaminações e mortes. Desde o início da pandemia, a postura dos governantes locais se sobressaiu em relação ao que acontecia na esfera federal. As medidas adotadas foram pautadas na ciência, refutavam o negacionismo e tinham sempre como meta o intuito de salvar o máximo de vidas e diminuir o impacto social das medidas de isolamento. Hospitais foram incorporados à rede pública de saúde, a exemplo do Leonardo da Vinci, que centralizava os atendimentos aos pacien-

tes acometidos pelo coronavírus. Equipamentos e insumos – como máscaras e respiradores – foram adquiridos, leitos de UTI e de enfermaria foram disponibilizados à população.

Mesmo com todos os esforços, a primeira pandemia enfrentada no século XXI em território cearense deixou marcas econômicas, culturais, sociais e, principalmente, emocionais. Em março de 2023, quando se completou três anos do início do período pandêmico, uma reportagem do Jornal o Povo mostrou que 1.455.422 cearenses foram infectados pelo coronavírus e 28.157 morreram⁴². Entre eles estão a minha avó, Carmélia Nogueira, minha tia, Aladir Batista e o meu estimado professor, Gilmar de Carvalho, a quem presto esta singela homenagem.

3. A EDUCAÇÃO CEARENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Quando a pandemia tirou professores e alunos de sala de aula, a educação cearense se encontrava num momento de destaque no cenário nacional. Apesar de existirem críticas em relação à condução de alguns aspectos da política educacional implantada no Estado, é fato que o modelo implantado colheu resultados positivos, que serviram de modelo para o restante do país, como é o caso do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)

Vieira, Plank e Vidal (2019) analisaram a política educacional cearense entre 1995 e 2015. Para os autores, fatores como equilíbrio fiscal, ampliação de repasses de recursos da esfera federal para a estadual, políticas de meritocracia que beneficiam os servidores e um sistema de gestão por resultados foram alguns ajustes que se fizeram necessários para permitir o crescimento da educação. Outro fator apontado como fundamental pelos setores foi a implementação de sistemas avaliadores de larga escala, modelo do qual o Ceará participou desde a sua gênese. Na gestão de Cid Gomes, O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee) foi ampliado e serviu de indicador e critério para recebimento de recursos oriundos do ICMS.

A modificação da lei não prevê dinheiro novo, mas uma nova forma de distribuição dos recursos, o que leva municípios a, em função de seus resultados educacionais, terem reduzida a parcela a ser recebida, enquanto outros, também em função dos seus indicadores educacionais, conseguem aumentar os valores a receber do ICMS. (VIEIRA; PLANK; VIDAL, 2019, p.17).

Como já foi citado anteriormente, Camilo é herdeiro político do grupo de Cid Gomes, que iniciou o movimento de implantação do PAIC em Sobral. Tanto que sua vice-governadora era Izolda Cela, que foi secretária-adjunta de Educação na gestão de Cid Gomes em Sobral, assumiu a pasta na gestão de Leônidas

Cristino e depois foi conduzida por Cid Gomes a assumir a gestão da Educação estadual nos dois mandatos dele como governador.

Camilo e Izolda, juntamente com a secretária de Educação do Estado, Eliana Estrela, enfrentaram o desafio de conduzir os rumos de mais de 300 mil estudantes cearenses matriculados do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, bem como os alunos do Ensino Médio, durante a pandemia.

A recomendação inicial da Secretaria da Educação do Ceará, por meio do ofício circular 007³ destinado aos gestores escolares ainda no dia 16 de março de 2020, orientava que as unidades de ensino adotassem estudos domiciliares com o uso de livros didáticos como referência e outros materiais pedagógicos disponíveis na escola e em meios eletrônicos.

A pasta estadual se baseou nas recomendações existentes tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê a adoção do ensino remoto em situações emergenciais para complementar a aprendizagem, bem como numa resolução de 2018 do Conselho Nacional de Educação que permite que até 20% das atividades do Ensino Médio sejam realizadas à distância.

O governo conseguiu, neste período, estabelecer projetos e parcerias com grandes empresas, como a Google e o Instituto Unibanco, lançou editais para captação de materiais e serviços digitais de suporte pedagógico. Mas o modelo escolhido – o ensino remoto emergencial – pareceu ignorar, num primeiro momento, a realidade de exclusão digital existente em nosso Estado. Tanto que foi necessário adotar uma política de distribuição de equipamentos para minimizar esta realidade.

Nosso primeiro passo foi proporcionar acesso à internet para todos os estudantes, com a compra de 347 mil chips de internet de 20GB. Também adquirimos 300 mil tablets e disponibilizamos equipamentos de transmissão de videoaula a todas as 731 escolas e 13 Centros Cearenses de Idiomas (CCIs), além da aquisição de 28 mil notebooks aos professores da rede. Todas essas ações viraram política pública permanente, em 2021, com a criação do programa Ceará Educa Mais, que envolve, ainda, uma série de outros projetos para melhorar e aprimorar a aprendizagem dos cearenses. Nesse longo e necessário período sem aulas presenciais, o Governo do Ceará trabalhou também para garantir alimentação adequada aos alunos, com a compra de 1,25 milhão de cestas básicas (3 por aluno), em 2020, e 2,1 milhões de kits alimentação, em 2021 (5 por aluno). A pandemia alterou a dinâmica e a rotina do ensino, com adaptações curriculares e a necessidade de reinvenção por parte de toda a comunidade escolar (SANTANA, 2021, p. 11).

3 Suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino do Ceará. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/oficio_circular.pdf. Acesso em 22 out 2023.

Vale destacar que esses chips de telefonia começaram a ser entregues para os estudantes da rede estadual em dezembro de 2020, nove meses após a suspensão das aulas presenciais. É importante pontuar aqui que tanto o Governo do Estado como a Prefeitura Municipal dispõem de canais televisivos próprios. Esses dispositivos não poderiam ter sido utilizados como ferramenta pedagógica, posto que a TV é um eletrodoméstico presente na casa da maior parte dos brasileiros? Não seria mais adequado ter investido em aulas a distância que fossem exibidas pela televisão? Ou, pelo menos, ter adotado os dois modelos?

Figura 1 – Alunos da rede pública estadual do Ceará beneficiados com chips



Fonte: CearáGov⁴.

Outro ponto de destaque nas providências adotadas pelo governo do Estado neste período e que teve como foco os estudantes foi a distribuição de vale-alimentação no valor de R\$ 80, pago em duas parcelas. A medida foi anunciada pelo governo no dia 10 de abril de 2020, quase dois meses após o fechamento das escolas, e mostra uma preocupação com a vulnerabilidade dos estudantes da rede estadual de ensino e com sua segurança nutricional. Ainda assim, esse intervalo é muito grande para quem não tem comida no prato. Em 2020, foram distribuídas 1,25 milhão de cestas e em 2021 2,1 milhões de kits.

O fato é que a Constituição Federal do Brasil (1988), redigida há mais de 30 anos, assevera a responsabilidade do Estado com um processo transformador e fundamental com o desenvolvimento humano: a educação. A nossa Carta Magna estabelece, no seu artigo 205, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Já o artigo 206 determina que "o ensino deve ser ministrado com igualdade de condições que garantam o acesso e a permanência do estudante na escola" (BRASIL, 1988).

4 Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/22/estudantes-da-rede-de-ensino-do-governo-do-ceara-com-mecam-a-receber-os-chips-com-pacotes-de-internet/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Mas, essa equidade nunca foi uma realidade em nosso país. E, na pandemia da Covid-19, esse abismo se tornou ainda mais profundo por conta de omissões do governo federal, que se furtou de realizar uma coordenação nacional das ações de enfrentamento à pandemia no campo da educação, com políticas claras de conectividade, distribuição de equipamentos, capacitação e verbas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Ceará foi uma das unidades da federação brasileira mais afetados com a crise do coronavírus. Por sua localização e outros fatores, o Estado concentrou um grande número de infecções e mortes na pandemia, o que obrigou o governo a suspender as aulas presenciais por um longo período para salvar vidas.

Uma das primeiras providências adotadas pelo Governo do Ceará foi a distribuição de kits de alimentação para mais de 400 mil alunos matriculados na rede estadual de ensino. O governo demonstrava, com isso, ser conhecedor que a escola, além da sua função pedagógica, cumpre um importante papel como garantidora da segurança alimentar desses estudantes

O Ceará, apesar de ter sido uma grande voz opositora ao governo federal, seguiu a recomendação do Ministério da Educação de adotar o Ensino Remoto Emergencial em todo o território nacional, enquanto durasse a suspensão das atividades presenciais por conta do risco de contágio. No entanto, o presente artigo levantou o questionamento se essa foi a estratégia mais adequada, especialmente se levássemos em conta a realidade de grande exclusão digital existente no Ceará. Ademais, o Estado conta com uma emissora pública de TV, a TV Ceará, que poderia ter sido utilizada como ferramenta pedagógica neste período de exceção e que poderia ter ajudado a minimizar os impactos dos quase 18 meses que as escolas públicas se mantiveram fechadas no Estado.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. *In*: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DIÓGENES, E. M. N.; ARAUJO, B. R. T. A reforma educacional cearense na década de 1990 no contexto da reforma do estado brasileiro / The educational reform in cearense in the 1990 decade in the context of the reform of the brazilian state. **Brazilian Journal of Development**, *1S. 11*, v. 6, n. 5, p. 28615–28633, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n5-345. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10225>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PEREZ, C. *et al.* Os sentidos das lives no contexto da pandemia: do escapismo e da filantropia às lógicas identitárias. **Galáxia (São Paulo)**, v. 47, p. e55576, 2022

SANTANA, Maria Moreira Leite de Santana(org.) et al. **Educação do Ceará em Tempos de Pandemia**. Fortaleza, SEDUC: EdUECE, 2021.

VIEIRA, S. L.; PLANK, D. N.; VIDAL, E. M. Política Educacional no Ceará: processos estratégicos. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 4, p. e87353, 2019.